

Desenvolvimento Regional Sustentável

abordagens para um novo paradigma

Raoni de Oliveira Inácio¹
Maurinice Daniela Rodrigues²
Thiago Reis Xavier³
Milton Luiz Wittmann⁴
Tiéli Nunes Minussi⁵

Resumo

A preocupação ambiental fundamenta um novo paradigma de sustentabilidade, no qual se alteram os processos do desenvolvimento local e regional. Atualmente uma localidade e/ou região baseia-se em premissas que atendem ao novo processo associado a fatores econômicos, sociais e ambientais. Estes fatores de articulação envolvem tanto mesorregiões até microrregiões que possibilitam suprir as necessidades atuais, sem comprometer o atendimento a necessidades de futuras gerações. Neste cenário, do desenvolvimento regional sustentável, é que o presente trabalho objetiva realizar uma abordagem teórica sobre as ações econômicas, sociais e ambientais do Estado e das organizações. Sob tal possibilidade de análise, percebeu-se que o desenvolvimento regional sustentável é concebido a partir da gestão compartilhada dos territórios e valorização das potencialidades locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional sustentável. Estado. Organizações.

¹ Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (PPGA/UFSM/2013), na linha de pesquisa Estratégia e Inovação. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (2009). Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. raoni06@yahoo.com.br

² Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Professora da Universidade Federal de Ouro Preto e da Faculdade Santa Rita. maurinicerodrigues@yahoo.com.br

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (PPGA/UFSM), na linha de pesquisa Estratégia em Organizações. Mestre em Administração PPGA/UFSM. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (2009). Bolsista do Convênio da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior/Reuni (Capes/Reuni). thianaka@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Administração pela FEA/USP – Universidade de São Paulo (1996). Professor Associado IV da Universidade Federal de Santa Maria. wittmann@profwittmann.com

⁵ Graduanda do curso de Administração da UFSM. Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Maria. tihnminussi@hotmail.com

SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT: approaches to a new paradigm

Abstract

The changes offered by environmental concerns support a new paradigm in which changes the processes of regional development in relation to the localities. Currently in a location that ensures premises that meet the new global context, such as economic issues, social and environmental factors. These factors involve global macrocontexts to local microcontexts and enable the regional development based on different models. In the regional sustainable development scenario is that the present work aims at a theoretical approach about economic, social and environmental actions of the State and organizations.

Keywords: Regional sustainable development. State. Organizations.

O fenômeno da globalização interfere de maneira efetiva na estrutura econômica, mudando as relações geopolíticas entre regiões. Esse cenário tem acirrado a concorrência no modo capitalista de produção, com mudanças nos sistemas de relações em rede (Castells, 1999).

Nesse contexto, percebe-se que diferentemente do observado na Revolução Industrial e pós-Segunda Guerra mundial, o novo modelo capitalista se identifica sob três fatores: atividades econômicas globais, a inovação baseada no trinômio de conhecimento, produtividade e competitividade, além das redes de fluxos financeiros, que são descritas como a nova economia transacional (Capra, 2003). A mudança ocasionada por estes processos econômicos transacionais a partir da produção, distribuição e consumo de bens e serviços e pelo esgotamento do modelo de acumulação de capital impôs às regiões necessidades de reorganização estruturais e ambientais.

A respeito da relação do desenvolvimento local e regional e a acumulação de capital, salienta-se que as regiões necessitam de uma capacidade inovadora fomentada por redes, as quais “se encontram articuladas e caracterizadas pelo consumo de novas tecnologias, de flexibilidade na gestão, organização de produção e da densidade das instituições regulatórias” (Piffer; Alves, 2009, p. 144) proporcionadas pelo Estado.

A constante busca pela qualidade imanente da capacidade inovadora nos sistemas produtivos de uma região ajuíza as exigências também da dimensão global (Casarotto Filho; Minuzzi; Santos, 2006). Tal reestruturação produtiva, que releva a dimensão global, de fato proporcionou o desafio da complexa relação entre Estado e sociedade em prol do desenvolvimento regional.

Por meio do pensamento anteposto percebe-se que a visão em torno do desenvolvimento altera-se ciclicamente. Atualmente o desenvolvimento foi acrescido de um novo elemento, a preocupação com a sustentabilidade ambiental, promovendo uma discussão em torno do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) (Arbix; Zilbovicius; Abramovay, 2001; Hoff, 2008; Organização das Nações Unidas, 2003).

A sustentabilidade ambiental, associada ao desenvolvimento local e regional, estimula a necessidade de uma compreensão mais ampla do que quando comparada apenas à natureza produtiva de uma localidade (Barbieri, 2000) passando, a partir desta premissa a se denominar DRS (Sachs, 2004). Ao encontro desta perspectiva do DRS, pode-se realizar, baseando-se nas análises das relações de políticas estatais e das alianças empresariais, estudos dos fatores socioeconômicos e do capital social, que venham a contemplar os aspectos inerentes que resguardam os atores locais e regionais.

Fundamentando-se em políticas estatais e alianças empresariais, que podem ser oriundas e influenciadoras do DRS, objetiva-se com o presente referencial analisar argumentações para o seguinte questionamento: Quais as relações influenciadoras da sociedade, Estado e organizações no Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)?

A partir de uma abordagem teórica, as respostas para este questionamento podem contribuir para o setor de administração pública, pois além de ser um tema atual, verifica-se a necessidade de adaptação das regiões, ponderando competitividade e sustentabilidade ao novo paradigma de desenvolvimento regional.

Diante dos argumentos expostos, a construção científica deste trabalho é proporcionada pelo aporte teórico de autores que estudam o tema em epígrafe. De acordo com Faria e Meneghetti (2011), a abordagem teórica envolve um método e procedimentos que o diferenciam de uma revisão teórica, como também de uma pesquisa empírica.

Referencial teórico

Com o intuito de ampliar a discussão sobre o DRS e os argumentos teóricos que conduzem a construção do texto, a presente seção divide-se em quatro subunidades. A primeira apresenta ponderações a respeito de desenvolvimento regional, tendo como base as contribuições levantadas por

Boisier (1996). A segunda discute algumas das conceituações que fomentam o debate sobre desenvolvimento sustentável e suas relações com o regional, que juntas resultam no DRS, enquanto a terceira e a quarta referem-se ao debate do DRS sob a perspectiva do Estado e da dimensão das organizações, respectivamente.

Desenvolvimento Regional sob a Ótica de Sérgio Boisier

Ao analisar o desenvolvimento regional sob a perspectiva contemporânea e sistemática, Boisier (1996) fundamenta suas argumentações sob as interferências e interfaces entre as dimensões *micro* e *macro*. Na perspectiva *macro* as tendências políticas mundiais geram modificações na geografia política. Tal fato expõe aspectos contraditórios que promulgam a desconfiguração do Estado nacional e incentivam novos atores na competição por mercados internacionais e tecnologia. Por outro lado, na perspectiva *micro* o autor assegura que se reconhece cada vez mais o desenvolvimento do ambiente como fator influenciador nas ações de cada indivíduo.

Por meio deste reconhecimento da influência do meio nas ações do indivíduo, o autor se aprofunda em suas análises, com a incrementação de novos conceitos sobre o tema. Boisier (1996) engloba, em sua discussão, o processo do desenvolvimento regional em três cenários: (1) contextual, (2) estratégico e (3) político.

Considerados tais cenários, Boisier (1996) considera o contextual como (Quadro 1):

Quadro 1 – Cenário contextual do DRS

Cenário Contextual	É fomentado pela interação entre a abertura externa dos países (processo econômico) – que se refere às influências da globalização – juntamente com a abertura interna (processo político) – que diz respeito aos aspectos relativos à descentralização.
--------------------	--

Fonte: Boisier (1996).

Na abertura externa há o envolvimento de dois fatores: a globalização e a descentralização. A globalização é um fenômeno que concerne a uma “nova ordem política internacional, caracterizada por monopolaridade política, multipolaridade econômica e regionalismo aberto” (Boisier, 1996, p.114). Este processo que envolve características econômicas, políticas e sociais, pode ser exemplificado por meio das suas interferências na reestruturação do Estado nacional e na configuração do denominado Estado quase supranacional remetendo-se à existência dos blocos econômicos.

Concomitantemente a uma posição que envolve aspectos de uma rede de conexões, a chamada “aldeia global”, também gera um efeito contraditório entre o *micro* e o *macro*. Ao mesmo tempo que a globalização fortalece as ações da dimensão global, transforma cidades e regiões em atores de competição internacional por capital, tecnologia e mercado (Boisier, 1996, p. 115).

Por outro lado Boisier (1996) enfoca dentro do processo de abertura interna a descentralização. Esta congruência de elementos que estimulam o processo político é propiciada por: (a) revolução científico – tecnológica e seus impactos sobre o sistema produtivo e (b) por uma mudança do papel do Estado diante das regulamentações econômicas e transferências de poder para organismos sociais.

Contemplando o cenário estratégico, Boisier (1996) relata a importância do planejamento do desenvolvimento regional e suas implicações no processo de gestão a ser estabelecido em uma localidade (Quadro 2).

Quadro 2 – Cenário estratégico do DRS

Cenário Estratégico	<p>Refere-se à análise da configuração/elaboração de pressupostos de gestão das regiões.</p> <p>Explora tanto o fato da necessidade de uma nova reestruturação das localidades como uma nova forma de gerenciamento regional com o intuito de responder ao cenário imposto pela dimensão global.</p>
---------------------	--

Fonte: Boisier (1996).

Como relação ao cenário estratégico (Quadro 2), Boisier (1996) incrementa a possibilidade de se inserir a competitividade internacional no aproveitamento de oportunidades que podem ser expressas pela decisão de entrada ou saída de uma rede. Para o delineamento de uma iniciativa de decisão de entrada ou saída de uma rede é importante ponderar a flexibilidade e maleabilidade que, juntas, permitem uma leitura do cenário competitivo.

No cenário estratégico também são consideradas a cultura, a resiliência e a competitividade sistêmica do território. As características anteriormente citadas são caracterizadas da seguinte forma por Boisier:

(...) a cultura, produtora de identidade e de auto-referência, surge como um elemento adicional de competitividade, ao facilitar a introdução do aspecto diferencial nos mercados tendentes à homogeneização. Por outro lado, a resiliência — capacidade para reconstituir a estrutura quando danificada por elementos exógenos (desde insetos capazes de destruir toda uma espécie arbórea até programas culturais empacotados) — vem associar-se à diversidade presente no sistema. Finalmente, a complexidade sistêmica do território organizado representa a aplicação do princípio da variedade necessária [...] ao campo da competição internacional (1996, p. 120).

Não obstante tem-se o *entorno da gestão* que envolve os aspectos gerenciais do desenvolvimento regional tendo em vista os desafios provenientes das relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas com a globalização. Neste contexto, argumenta-se que as regiões emanaram como *quase Estados*.

A proeminência do *entorno da gestão* deve-se a questões ideológicas, que envolve a apropriação desigual do poder político como forma de dominação regional. Esta forma de dominação é agravada pela confluência dos conceitos, o de *quase Estado*, que segundo Boisier (1996, p. 124) se dá pela inseparabilidade das “questões relacionadas à estrutura social da região e

com a forma de funcionamento da sociedade, chegando-se à importante conclusão de que são os assuntos de politicologia e sociologia os de maior importância na hora de se intervir a favor do desenvolvimento”, e o de *quase empresa*, que menciona o poder das organizações sobre o Estado.

Por fim, o terceiro cenário explicitado é o político, conforme demonstrado no Quadro 3. Nesta perspectiva Boisier (1996) expõe o desenvolvimento regional sob o ponto de vista do Estado e dos governos regionais.

Quadro 3 – Cenário político do DRS

Cenário Político	Desdobra-se a partir do desempenho do Estado no que tange aos desafios instituídos pela dicotomia local/global.
------------------	---

Fonte: Boisier (1996).

O tema central proposto pelo cenário político (Quadro 3) envolve a modernização do Estado. Argumenta-se que a modernização do Estado tal qual ela é representada desdobra-se sobre preceitos reducionistas de intervenção na estrutura produtiva. Para Boisier (p. 127), porém, o Estado moderno assume outro caráter, que é identificável com a análise de algumas premissas, expostas no Quadro 4.

Quadro 4 – Premissas do Estado moderno

a) Compreende e entende a sua própria estrutura sistêmica territorial
b) É inteligente, ou seja, descentralizado e organizado em rede
c) Compreende a inter-relação entre os objetivos nacionais e o papel do território
d) Pode, por conseguinte, explicitar a contribuição de cada região ou território a cada objetivo
e) Pode construir cenários territoriais futuros
f) Com a informação, incorpora a territorialidade no projeto político nacional
g) Reconhece a si mesmo como uma instituição desdobrada em duas dimensões: o Estado nacional e um conjunto de quase-Estados regionais
h) Aceita a variedade que permite e estimula a maleabilidade nas estruturas de governo
i) Incorpora nos quase-Estados regionais a velocidade, apoiando a existência de sistemas

- j) Estabelece um marco regulatório mínimo para facilitar a flexibilidade
- k) Estimula, nas estruturas de quase-Estados regionais, o surgimento de imaginação
- l) Reconhece-se como um Estado territorial capaz de exercer tanto liderança territorial quanto liderança política

Fonte: Adaptado pelo autor de Boisier (1996).

Além das premissas expostas (Quadro 4), Boisier (1996) elenca outros fatores na intenção de compreender a formulação de um projeto de desenvolvimento regional envolvendo os atores, as instituições, a cultura, os procedimentos, os recursos e o entorno.

Segundo este autor (p. 133), a mobilização dos elementos citados anteriormente de forma conjunta é que possibilita a geração de processos de desenvolvimento regional sustentáveis. Complementando, os elementos “interagem de um modo denso ou difuso, de forma aleatória ou então de uma forma inteligente e estruturada” e que somente por meio de um projeto de desenvolvimento coletivo e político regional acarretará na interação de forma articulada.

Em presença dos pressupostos estacados por Boisier (1996), acredita-se que o DRS envolve não apenas a ação de um único ator, mas a partir da integração dos processos oriundos entre as esferas micro e macro.

Desenvolvimento Regional Sustentável

O novo paradigma de desenvolvimento centrado na sustentabilidade vem concedendo novas perspectivas e ampliação deste campo de pesquisa no século 21 (Sachs, 2004; Jacobi, 2003). Sobre esse aspecto percebe-se uma substancial importância adquirida pela esfera da sustentabilidade e sua aplicabilidade, que norteiam discussões diversas a respeito do desenvolvimento sustentável (Britto, 2011).

De acordo com Fidelman et al. (2012), as agendas que envolvem a discussão em torno do desenvolvimento e da sustentabilidade encontram-se cada vez mais caracterizadas por iniciativas das escalas regionais. Com base nesses preceitos, considera-se que essa perspectiva possibilita a conciliação de interesses conflitantes, como desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Partindo de tais argumentos Paulista, Varvakis e Montibeller-Filho (2008) defendem que não há um consenso a respeito da definição de desenvolvimento sustentável. É que a proposição mais aceita congrega um equilíbrio entre as possibilidades de crescimento e as ponderações de bem-estar da sociedade.

De forma complementar, Pearce (1988) ressalta que o desenvolvimento sustentável envolve um padrão de mudanças econômicas estruturais e sociais. Ou seja, otimiza a utilização os recursos econômicos do aspectos societais e preserva os benefícios similares para o futuro.

Segundo Seiffert (2007), o conceito de desenvolvimento sustentável também é caracterizado por concepções que relevem o meio ambiente e favorece um reposicionamento da sociedade ao discordar das questões apenas de caráter econômico. Esta afirmativa se distancia de outras vertentes de pensamento, como a levantada por Solow (2000), que defende um desenvolvimento sustentável fundamentado somente na teoria convencional de desenvolvimento.

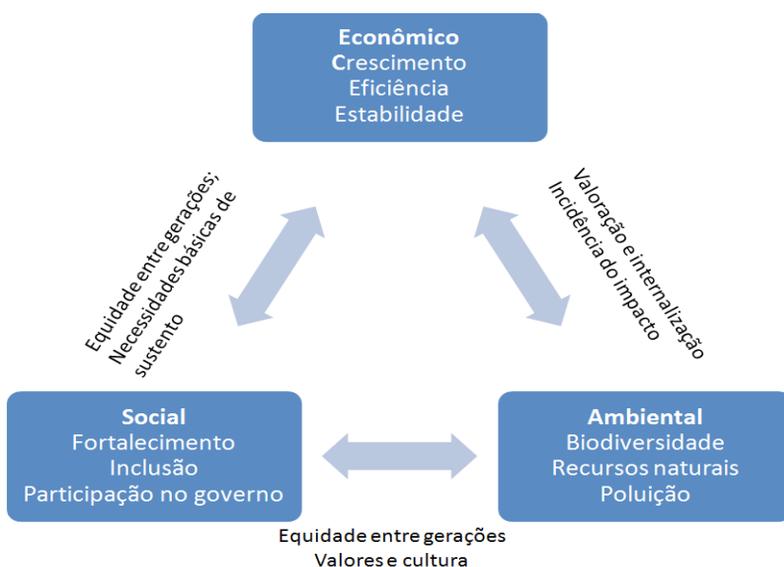
Solow (2000), por meio da teoria convencional, expõe que o ambiente não pode ser considerado um entrave à expansão, pois poderá ser superado pela combinação do trabalho humano juntamente com o capital produzido, a exemplo do desenvolvimento tecnológico.

Veiga (2005, p. 36), no entanto, ao analisar a concepção econômica para o desenvolvimento sustentável de Solow (2000), defende que esta perspectiva torna-se frágil, na medida em que se fundamenta sobre a exaustão dos recursos naturais prevista de forma progressiva e contrabalanceada

proporcionalmente por “trabalho e capital produzido, que muitas vezes são agregados na expressão capital reprodutível”. Tal argumento defendido por Solow (2000) pode ser complementado com a afirmativa de que é preciso não apenas preservar os recursos do ambiente ou outro recurso econômico, mas não comprometer a vida de futuras gerações, conforme a assertiva apresentada pela WCED (1987). A mesma pondera que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades. Sob esse ponto de vista é que o presente trabalho fundamenta seu posicionamento.

Este processo de percepção do desenvolvimento sustentável, que consiste em uma evolução de pensamento (Gonçalves, 2005), representa um meio para atingir o crescimento econômico com o aumento da equidade social e preocupação ambiental (Santos, 2005; BrittoRITTO, 2011), o que pode ser visualizado na Figura 1, elaborada a partir de Alves Filho (2003).

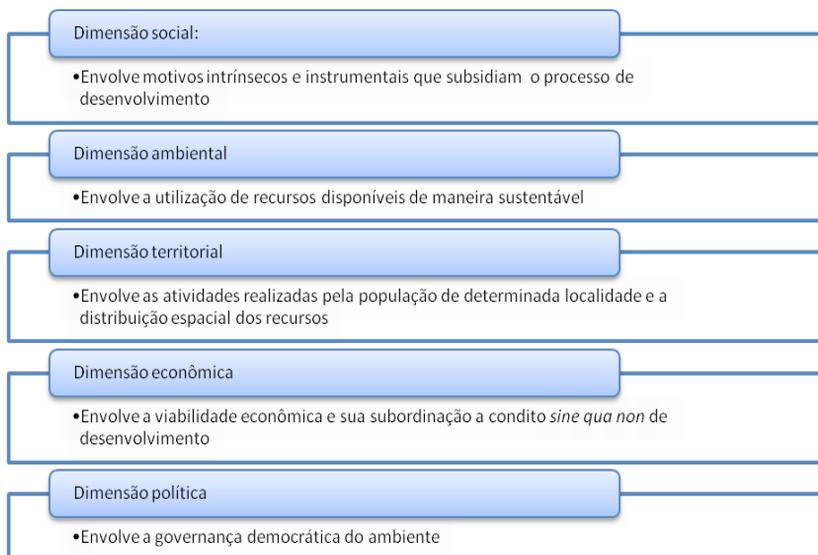
Figura 1 – Elementos-chave do desenvolvimento sustentável e interconexões



Fonte: Alves Filho (2003).

Apresentados os elementos-chave do desenvolvimento sustentável (Figura 1), Sachs (2004) apresenta outras cinco categorias fundamentais que juntas inserem a discussão acerca das análises regionais nesse debate, sendo um dos primeiros a promover uma interface entre a sustentabilidade e o desenvolvimento regional (Figura 2):

Figura 2 – Categorias do desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado pelo autor de Sachs (2004).

Aprofundando sobre as contribuições de Sachs (2004) (Figura 2) a respeito do envolvimento de ações de âmbito regional no desenvolvimento sustentável, evidencia-se que esse processo pode estar associado a dois fatores: (1) um posicionamento de valorização das potencialidades de cada localidade (Pike; Rodríguez-Pose; Tomaney, 2007) e (2) do novo pensamento a respeito da gestão compartilhada de territórios, promulgada pela aprendizagem social e o desenvolvimento sustentável (Ridder; Pahl-Wostl, 2005), fatores esses que fundamentam a possibilidade de análise do DRS (Layrargues, 1997).

Esta perspectiva do pensamento a respeito do DRS que contempla o multiuso do planejamento iniciou-se com ponderações sobre a proposta de convergência e equilíbrio de três esferas específicas: (1) econômica, (2) social e (3) ambiental (Barbieri, 1987; Sachs, 2001; Organização das Nações Unidas, 2003; Diamond, 2005; Elliott, 2005; Ness et al., 2007; Chang; Kuo, 2008; Hoff, 2008; Erol et al., 2009; Desai, 2011; Hahn; Figge, 2011). Essas visões constituem a perspectiva de DRS defendida no presente artigo e que terá suas peculiaridades discutidas e expostas nas próximas seções.

Sobre essas peculiaridades inerentes ao DRS, Coe et al. (2004) ponderam que as localidades são moldadas não apenas por aquilo que está acontecendo no meio endógeno, como também por meio de conjuntos de relações de controle e dependência, da concorrência e mercados, que se caracteriza como meio exógeno. Tais relações podem ser com outras regiões dentro do mesmo território nacional e/ou em escala internacional. Tal fato, de uma constituição porosa entre fronteiras de relações permite uma gama de conexões (Amin; Thrift, 1994) “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado” (Veiga, 2005, p. 10).

O DRS, segundo Layrargues (1997) e Romeiro (2001), é precedido pela concepção de ecodesenvolvimento, englobando os aspectos regionais em integração com as premissas globais. Esta afirmativa é fundamentada por Vieira (1995), ao descrever que o ecodesenvolvimento desdobra-se sobre as possibilidades econômicas locais e a intervenção qualitativa por parte do Estado. Neste sentido, de transformações entre as relações da esfera global e local, o mesmo autor sugere que este acontecimento “deve ir de encontro à consolidação dos princípios de subsidiaridade e de interdependência negociada, associando os diferentes atores envolvidos na tríade do modelo democrático-participativo: Estado, setor econômico e sociedade civil” (1995, p. 189).

Outra perspectiva de análise a respeito do DRS é apresentada por Berkes e Folke (1998), Berkes, Colding e Folke (2003) e Brunner et al. (2005), que relacionam esse processo a uma governança adaptativa, que

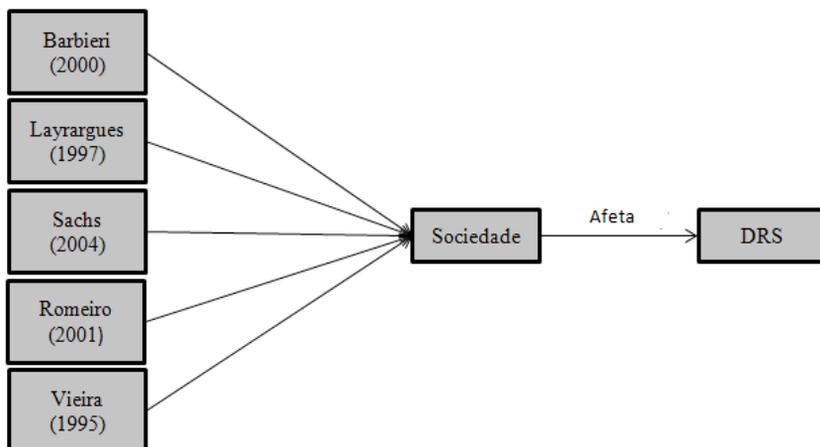
poderia surgir por meio da importância da aprendizagem entre os indivíduos, organizações, agências e instituições em vários níveis político-administrativos e escalas geográficas para provocar adaptações comportamentais favorecendo o ambiente.

Folke et al. (2005, p. 441) corroboram o pensamento anteriormente exposto ao relatarem que a governança adaptativa em prol do DRS vislumbra a possibilidade de “ligar indivíduos, organizações, agências e instituições em diversos níveis organizacionais”.

Aprofundando sobre o mesmo ponto, Clark e Clarke (2011, p. 2) complementam explicitando que a governança adaptativa compreende “as redes sociais com equipes e grupos de atores que se baseiam em diversos sistemas de conhecimento e experiências para o desenvolvimento de um entendimento comum de políticas” sob uma perspectiva que destaque o aprendizado organizacional, a multiparticipação das partes que envolvem o desenvolvimento sustentável.

Por meio das premissas antepostas infere-se que a multiparticipação tem um caráter social que afeta o DRS. A partir dos argumentos apresentados por Barbieri (2000), Layrargues (1997), Sachs (2004), Romeiro (2001) e Vieira (1995) que ratificam a influência da sociedade no processo de DRS, apresenta-se a Figura 3.

Figura 3 – Autores que defendem a importância da sociedade no processo de DRS



Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao elaborar os comentários anteriormente expostos reportando-se à Figura 3, verifica-se que a fundamentação da dimensão do DRS pode empregar diversas análises contributivas. O papel do Estado, todavia, torna-se fundamental no que se refere às estratégias adotadas, com a política e a economia para o DRS (Daly, 1980; Cavalcanti, 1994; Amaral Filho, 1996).

O Desenvolvimento Regional Sustentável sob a Perspectiva do Estado

Em suas explanações a respeito de um novo paradigma do DRS, Stroh (1994, p. 15) argumenta que se torna um elevado desafio do momento “traduzir os postulados teóricos do desenvolvimento sustentável em ferramentas efetivamente capazes de disciplinar uma intervenção do Estado no caminho da sustentabilidade”. O autor defende que as políticas estatais de desenvolvimento regional devem vincular planejamento e controle de qualidade do meio ambiente à distribuição de benefícios sociais e, igualmente, este

processo não pode ser orientado pelos tradicionais modelos normativos de planejamento, devido ao não reconhecimento das inter-relações dos fatores naturais e culturais.

Percebe-se, por meio da citação anteposta, que uma das maneiras de articulação do Estado a fim de contribuir com o DRS pode ser por meio da utilização de instrumentos e políticas para organizar a produção e fazer a regulação da economia regional. A interface entre a política e a função do Estado remete-se às teorias que discorrem a respeito do desenvolvimento do Estado. Ressalta-se que tais teorias podem assumir dois pensamentos dicotômicos, por um lado privilegiar o ambiente mercadológico e por outro o aspecto mais intervencionista. Apesar das duas possibilidades admitirem a importância do papel do Estado diante do crescimento econômico e social (North; Wallis, 1982; Evans, 1993), existem diferenciações quanto às políticas a serem estabelecidas.

O princípio de coordenação econômica mediante a livre iniciativa civil e/ou privada tem origem no pensamento moderno de Adam Smith (1976) em sua obra *Riqueza das Nações*. Esta obra resguarda a teoria da relação entre economia e mercado a partir de um sistema fechado, que concerne “um conjunto de relações que é autossuficiente, isto é, em que os resultados alcançados são explicáveis de forma suficiente pelos postulados necessários à definição do próprio sistema e nada mais” (Carvalho, 1999, p. 11), ou seja, o mercado tem seus próprios mecanismos de controle sobre as relações econômicas (Smith, 1976), o que explicitaria a ausência da tutela do Estado sobre as relações econômicas e o desígnio de suas atribuições aos pressupostos de caráter social.

Corroborando com Smith (1976), a teoria econômica clássica recebeu o apoio de Thomas Malthus (1883), David Ricardo (1888) e John Stuart Mill (1975). Estes pensadores modernos asseguram também que a ausência do Estado impulsiona o surgimento de mercados competitivos, que por sua vez satisfazem às necessidades sociais de uma nação. Em seus estudos, Carvalho (1999, p. 18) destaca que

a economia política clássica, além de não nos dar as bases para um tratamento político da economia, ao contrário do que muitos apressadamente supõem, na verdade, é quem estabelece, de modo mais claro, a possibilidade de tratar os problemas econômicos isoladamente de variáveis extra-econômicas, inclusive políticas. Foi a economia política clássica que colocou o Estado fora do campo da análise ao propor-se a demonstrar a possibilidade de que os subsistemas econômicos fossem capazes de auto-ordenação a partir da ação de indivíduos privados, orientados pelo seu interesse próprio.

O Estado, com suas diferentes atribuições, tem também suas ponderações na escola neoclássica de Hermann Heinrich Gossen, na Alemanha; Carl Menger, na Áustria; Léon Walras, na Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, na Inglaterra (Hunt, 1987; Prado, 2001). Esta escola enfatiza a observação de que as ações estatais são limitadas aos direitos individuais, coletivos, de propriedade e de negociações por meio de contratos (Buchanan; Tollison; Tullock, 1980), partindo da suposição de que os agentes privados possuem a estrutura necessária para o regimento econômico (Prado, 2001).

Aprofundando sobre esta análise, Evans (1993, p. 29) advoga que o Estado na forma neoclássica assume uma forma minimalista, pois

era encarado como uma “caixa-preta” exógena cujas funções internas não constituíam assunto adequado ou digno de análise econômica. Os economistas políticos neo-utilitaristas, contudo, convenceram-se de que as conseqüências econômicas negativas da ação do Estado eram importantes demais para que se deixasse a caixa-preta fechada. Para desemaranhar suas operações, aplicavam os “instrumentos-padrão da otimização individual” à análise do próprio Estado.

De forma complementar, Evans (1993) enfatiza que, com o intuito de corroborar com a ação não intervencionista, a redução do papel do Estado se justificaria com o argumento da desestimulação da esfera produtiva.

Neste preceito utilizar-se-ia da minimização do controle burocrático, a fim de que as ações estatais convergissem aos interesses do mercado (Auster; Silver, 1979).

Nas manifestações teóricas contrárias a um Estado isolado e de sua função de agente inativo, Evans (1993) retrata em seus estudos por meio de uma visão “gerschenkroniana/hirschmaniana” e Escosura (2005) somente “gerschenkroniana”, alternativas de possíveis intervenções estatais. Ambos os autores são enfáticos ao salientar que a eficácia do Estado sob esta perspectiva perpassa pela relação entre sua capacidade e autonomia, o que ocasiona na transparência da natureza de acumulação e forma de instituição do capital. Tal percepção do pensamento não intervencionista sugere um posicionamento ativo econômica e socialmente da concepção do Estado (Granovetter, 1973).

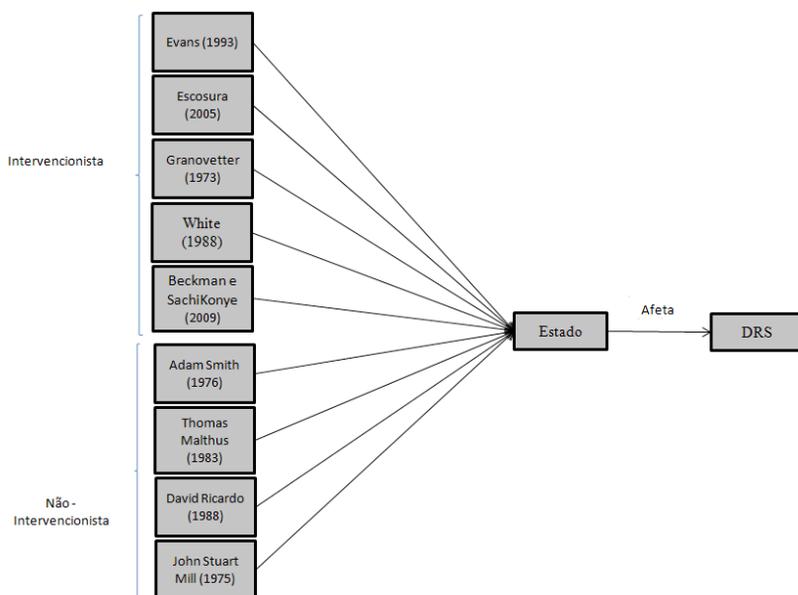
Ao prosseguir nas argumentações contrárias ao posicionamento clássico e neoclássico, percebe-se que o Estado pode admitir uma perspectiva mais intervencionista quanto as suas ações diante dos atores que compõem a sociedade. Esta concepção pode ser de caráter desenvolvimentista, com a elevação de infraestrutura (White, Gray, 1988; Beckman; Sachikonye, 2009; Lima; Simões, 2010) ou marxista de um Estado ampliado (Simionatto, 2004).

Offe (1991), em sua postura teórica, que se aproxima das concepções marxistas, revela que o Estado deve atuar como um mediador das relações sociais a fim de provocar a sua manutenção. Este entendimento teórico é endossado por Hofling ao advogar que as funções de políticas sociais ocasionam funções como “distintas instituições sociopolíticas e estatais que contribuem para a resolução dos problemas acima, gerando intervenções do Estado que atingem a sociedade como um todo” (2001, p. 34).

Pereira (1989) atenta para outra possibilidade de discussão sobre a intervenção estatal em prol do desenvolvimento de determinada região, ou seja, o caráter cíclico do Estado. Segundo o referido autor, o Estado expande-se e contrai suas ações intervencionistas, de acordo com as necessidades de desenvolvimento.

Com os argumentos expostos neste preâmbulo esquematizou-se os principais pensadores (Figura 4).

Figura 4 – Autores que defendem a importância do Estado no processo de DRS



Fonte: Elaborada pelos autores (2012).

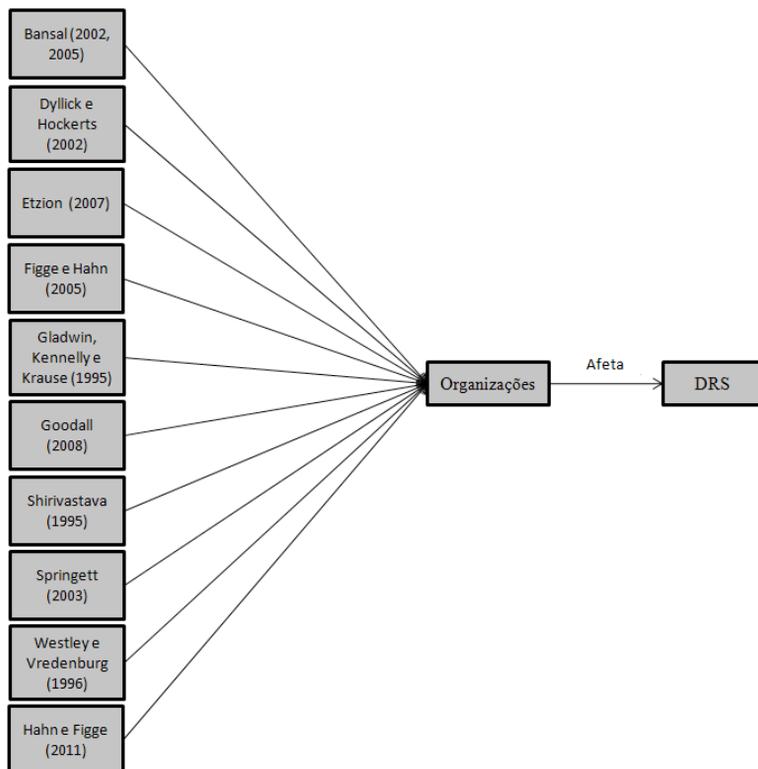
Com relação à Figura 4, argumenta-se que as percepções de políticas, que envolvem a possível intervenção estatal também têm seus desdobramentos sobre as ações das organizações no processo de DRS.

O Desenvolvimento Regional Sustentável sob a Perspectiva das Organizações

Ao estudar o papel das organizações e sua interface com o DRS pode-se partir do pressuposto de que, atualmente, “não existe mais uma linha entre problemas que estão fora e dentro das empresas” (Aligleri, 2011, p. 49). A autora reforça a afirmativa anterior relatando que deve haver o compartilhamento e contribuições diante da proposta de soluções para os problemas do ambiente em que estão inseridas.

Diversos autores complementam o pensamento anteposto ao salientarem que, diferentemente do pensamento tradicional, no qual as empresas contemplavam a premissa da utilização eficaz dos recursos, aliado à maximização do retorno sobre o capital e ajuste ao risco (Jensen; Meckling, 1976), no presente cenário as organizações são chamadas a contribuir com os objetivos globais da sociedade em que estão inseridas, ou seja, o DRS, conforme defendido por diversos autores expostos na Figura 5:

Figura 5 – Autores que defendem a importância das organizações no processo de DRS



Fonte: Elaborada pelos autores (2012).

Prosseguindo na percepção deste novo paradigma de contribuição das organizações para o DRS é que Elkington (2001) descreve o desafio das empresas nesta primeira metade do século 21. Em seu estudo o autor, a exemplo de outros pensadores, tais como Hart (1995), Brown e Dacin (1997); Christmann (2000); Molnar e Mulvihill (2003); Sharma e Ruud (2003); Bansal (2005); Chan (2005); López, Garcia e Rodriguez (2007); Ness et al. (2007); Erol et al. (2009); Chang e Kuo (2008); Baumgartner e Ebner (2010), expõe que algumas mudanças são necessárias no processo de gestão organizacional, com base em três pilares: social, econômico e ambiental. Elkington (2001)

salienta que estes três pilares, baseados na sustentabilidade, são dimensionados juntamente com as modificações provenientes do novo formato de gestão nas empresas.

Nesta mesma linha de pensamento, de que as empresas de uma localidade devem estar em consonância com o DRS e que devem fomentar um novo modelo de gestão é que Sen (2003), Buarque (2006) e Schmidheiny (1992) descrevem suas ideias. Segundo estes autores as organizações devem ter: a) um planejamento a longo prazo; b) uma estratégia economicamente viável que considere o ambiente no qual estão inseridas e c) um diálogo com a comunidade com a qual estão envolvidas.

Coffey e Polèse (2005) reforçam Sen (2003), Buarque (2006) e Schmidheiny (1992) e destacam também outras possibilidades de contribuições para o DRS, tais como: a) o surgimento do empreendedorismo local alicerçado em fundamentos sustentáveis; b) a alavancagem da empresa local; c) a expansão destas empresas para além da região local e d) o desempenho econômico e social de uma estrutura regional.

Em uma busca mais profunda por outros aportes teóricos que revelem a contribuição das organizações para com o DRS é que se encontra na literatura autores como Teixeira, Vitcel e Beber (2007), que aproximam o tema às estratégias empresariais. Os autores possibilitam em suas citações o entendimento de mudança na forma de gestão e a conseqüente colaboração das empresas para o DRS por meio da formação de redes de inovação.

Autores como Becker e Wittmann (2008) e Barquero (2001) enfatizam o pensamento dos autores anteriores ao manifestarem em seus trabalhos teóricos que as empresas em redes e sistemas regionais organizados dinamizam a economia regional contribuindo para o desenvolvimento da localidade. Colaborando, explana-se a título de exemplificação o caso da Terceira Itália, na qual os distritos industriais influenciados fortemente por redes de empresas

foram contemplados como evidências do tipo de sistematização e indutores do desenvolvimento regional com vieses sustentáveis (Cossentino, Frank Pyke; Sengenberger, 1996; Governa; Salone, 2005; Cossentino, 1996).

Percebe-se que com as explanações descritas neste preâmbulo as organizações podem ter um papel de contribuição para o DRS, todavia a atuação da dinâmica das organizações se ampara em um novo contexto, o de DRS.

Chegando a um Entendimento sobre o DRS

A partir das discussões expostas nas seções anteriores, nesta encontram-se expostos os principais pontos de vista elencados ao longo da abordagem proposta, com o intuito de, a partir dos pressupostos teóricos apresentados, indicar representações do processo do DRS.

Ponderados tais aspectos, a partir da revisão teórica proposta pode-se, conforme ressaltam Layrargues (1997) e Pike, Rodríguez-Pose e Tomaney (2007), considerar que o DRS origina-se da união entre (a) o desenvolvimento regional, que possibilita contribuições como as potencialidades locais, interesses de cada comunidade e gestão compartilhada do território; e (b) o desenvolvimento sustentável, que acrescenta preceitos da sustentabilidade ambiental, econômica e social (Ridder; Pahl-Wostl, 2005).

Dessa forma, a partir dos autores destacados, pode-se considerar o DRS como ações promulgadas pelo Estado, organizações e sociedade em torno do equilíbrio social, econômico e ambiental (Granovetter, 1973; Escosura, 1995; Gladwin; Kennelly; Krause, 1995; Shirivastava, 1995; Layrargues, 1997; White; Gray, 1988; Barbieri, 2000; Bansal, 2002; Dyllick; Hockerts, 2002; Figge; Hahn, 2005; Etzion, 2007; Goodall, 2008; Beckman; Sachilkonye, 2009).

Considerando esse ponto de vista, ressalta-se a importância de se levar em conta as contribuições das organizações, do Estado e da sociedade no processo de DRS. Com relação às organizações, Schmidheiny (1992), Sen (2003), Buarque (2006) e Aligleri (2011) mencionam a relevância do diálogo com a comunidade, da responsabilidade ambiental e do desenvolvimento econômico no processo de DRS.

Além das organizações, o Estado tem sua relevância por influir por intermédio dos pensamentos de políticas econômicas e instrumentos que podem vir a favorecer o desenvolvimento (Stroh, 1994). Enquanto em relação à sociedade, essa influência ocorre por meio da governança adaptativa, que envolve fatores como o aprendizado, a inovação e compartilhamento de informações (Berkes; Folke, 1998; Berkes; Colding; Folke, 2003) e do entendimento de políticas sociais (Clark; Clarke, 2011).

A partir dos argumentos expostos, apresenta-se no Quadro 5 o enfoque temático, contribuições e vertentes teóricas com os principais autores relacionados.

Quadro 5 – Principais abordagens teóricas envolvendo Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Regional Sustentável

Enfoque Temático	Autor(es)	Contribuições
Desenvolvimento Regional	Boisier (1996)	Cenário estratégico, político e contextual
Desenvolvimento Sustentável	WCED (1987)	Conceito de desenvolvimento sustentável
	Pearce (1988)	Padrão de mudanças econômicas, estruturais e sociais estabelecidas a partir do desenvolvimento sustentável
	Solow (2000)	Vertente econômica do desenvolvimento sustentável
	Sachs (2004)	Dimensões social, ambiental, territorial, econômica e política do desenvolvimento sustentável
	Fidelman et al. (2012)	Discussão do desenvolvimento e sustentabilidade em escala regional

DRS	L a y r a r g u e s (1997)	Abordagem do DRS
	Berkes; Folke (1998); Berkes; Colding; Folke (2003)	Proposição da governança adaptativa
	C o e e t a l. (2004)	Integração entre os meios endógeno e exógeno para o processo de DRS
	Ridder; Pahl-Wostl (2005)	Aprendizagem social como fundamento do DRS
	Diamond(2005); Elliott (2005); Ness et al. (2007); Chang; Kuo(2008); Hoff (2008); Erol et al.(2009); Desai (2011); Hahn; Figge (2011)	Equilíbrio entre três esferas específicas no processo de DRS: (a) Econômica, (b) Social e (c) Ambiental
	Pike, Rodríguez-Pose e Tomaney (2007)	Potencialidades locais como fundamento para o DRS
	Clark; Clarke (2011)	Proposição da formação de redes sociais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerações finais

Por meio das descrições teóricas expostas, pode-se constatar que o processo de desenvolvimento regional sofre influências da sociedade, do Estado e das organizações. Tal fato proporciona uma dinâmica peculiar resultante da adaptação das localidades às políticas econômicas do Estado, interesses organizacionais e anseios da sociedade.

Neste sentido de dinamismo do desenvolvimento regional, percebeu-se que a sociedade, por meio de seu desenvolvimento, tem um papel fundamental, o de modificar a percepção do processo destacado. Tal fato pôde ser

comprovado com a presença do pensamento em torno da sustentabilidade, da valorização das potencialidades locais e da gestão compartilhada dos territórios que originaram o pensamento do DRS.

Ao acompanhar a mudança de posicionamento sobre o processo de desenvolvimento regional proporcionado em parte pela percepção da sociedade, salienta-se que o Estado também influenciou neste processo. Esta análise pode ser dimensionada na medida em que, no item *O Desenvolvimento Regional Sustentável sob a Perspectiva do Estado*, constatou-se autores defendendo as políticas de cunho intervencionista (marxistas) ou não (desenvolvimentistas), e que elas se relacionam com as regiões e afetam o DRS, conforme pode ser observado na Figura 4.

Pondera-se que as políticas que afetam as estratégias dependem do cenário contextual, como previsto por Boisier (1996) no item *Desenvolvimento Regional sob a Ótica de Sérgio Boisier* do referencial teórico. Este fato permite inferir que as políticas estatais podem ser relacionadas, por exemplo, em uma perspectiva local, ou em uma dimensão global, ou seja, relevam-se os contextos estratégicos e políticos.

Neste contexto de cenários/análises das dimensões global e local, e também influenciadas pelas ações do Estado na economia, conjuntamente com as exigências da sociedade pós-moderna é que as organizações tiveram de se adaptar. Notou-se, por meio do item *O Desenvolvimento Regional Sustentável sob a Perspectiva das Organizações*, que as organizações além de compartilharem as ações existentes em prol do DRS, têm o papel significativo de sua promoção, de acordo com os principais autores defensores desta perspectiva (Figura 5). Outro fator importante no processo de DRS evidenciado neste trabalho teórico é o contorno sistêmico, que evidenciado por meio da formação de redes, exige habilidades e multiplicidade por parte das organizações.

Constatou-se com este estudo que o processo de desenvolvimento regional sofreu alterações ao longo dos anos. Com o incremento da sustentabilidade e anseios da sociedade diante do equilíbrio entre economia, ambiente e aspectos sociais, atores como o Estado e as organizações tiveram de se adequar a este novo paradigma.

Referências

- ALIGLERI, L. M. *A adoção de ferramentas de gestão para a sustentabilidade e a sua relação com os princípios ecológicos nas empresas*. 2011. 170f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ALVES FILHO, J. *Matriz energética brasileira: da crise à grande esperança*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, Ipea, n. 14, dez. 1996.
- AMIN, A.; THRIFT, N. Living in the global. In: AMIN A.; THRIFT, N. (Eds.). *Globalisation, institutions and regional development*. Oxford: Europe Oxford University Press, 1994. p. 1-22.
- ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001.
- AUSTER, R. D.; SILVER, M. *The state as a firm: Economic forces in political development*. Boston: Martinus Nijhoff, 1979.
- BANSAL, P. Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. *Strategic Management Journal*, n. 26, p. 197-218, 2005.
- BANSAL, P. The corporate challenges of sustainable development. *Academy of Management Executive*, v. 16, n. 2, p. 122-131, 2002.
- BARBIER, E. The concept of sustainable economic development. *Environmental Conservation*, v. 14, n. 2, 1987.
- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida*. *Administração*, on-line, v. 1, n. 4, 2000.

- BARBIERI, E. The concept of sustainable economic development. *Environmental Conservation*, v. 14, n. 2, p.101-10, 1987.
- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BAUMGARTNER, R. J.; EBNER, D. Corporate sustainability strategies: sustainability profiles and maturity levels. *Sustainable Development*, v. 18, n. 2, p. 76-89, 2010.
- BECKER, D. F. (in memoriam); WITTMANN, M. L. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. 395 p.
- BECKMAN, B.; SACHIKONYE, L. Trade unions and party politics. In: BECKMAN, S. B.; SACHIKONYE, L. (Eds.). *Forthcoming, Trade Unions & Party Politics: Labour Movements in Africa*. Cape Town: HSRC Press, 2009.
- BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C. Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2003.
- BERKES, F.; FOLKE, C. *Linking social and ecological systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998.
- BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília: Ipea, n. 13, 1996.
- BRITTO, C. M. Sustainable community development: a brief introduction to the multi-modal systems method. *Systemic Practice and Action Research*, v. 24, n. 6, p. 509-521, 2011.
- BROWN, T. J.; DACIN, P. A. The company and the product: corporate association and consumer product responses. *Journal of Marketing*, v. 61, n. 1, p. 68-84, 1997.
- BRUNNER, R. D. et al. *Adaptive Governance: Integrating Science, Policy, and Decision Making*. New York: Columbia Univ. Pres, 2005.
- BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUCHANAN, J. M.; TOLLISON, R. D.; TULLOCK. *Toward a theory of the rent seeking society*. College: Texas A & M University Press, 1980.
- CAPRA, F. *As conexões ocultas*. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARVALHO, F. J. C. Mercado, Estado e teoria econômica: uma breve reflexão. *Revista Econômica*, v. 1, n. 1, 1999.

CASAROTTO FILHO, N.; MINUZZI, J.; DOS SANTOS, P. C. F. Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação. *Revista FAE*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 121-134, jul./dez. 2006.

CASSIOLATO, J. E. et al. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: Inpsó/Fundaj, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal. Outubro 1994. p. 262. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

CHAN, R. Y. K. Does the natural-resource-based view of the firm apply in an emerging economy? A survey of foreign invested enterprises in China. *Journal of Management Studies*, v. 3, n. 42, p. 625-672, 2005.

CHANG, D.; KUO, L. R. The effects of sustainable development on firms financial performance: an empirical approach. *Sustainable Development*, v. 16, n. 6, p. 365-380, 2008.

CHRISTMANN, P. Effects of “best practices” of environmental management on cost advantage: the role of complementary assets. *Academy of Management Journal*, v. 43, n. 3, p. 663-680, 2000.

CLARK, J. R. A.; CLARKE, R. Local sustainability initiatives in English national parks: what role for adaptive governance? *Land Use Policy*, v. 28, n. 1, p. 314-324, 2011.

COE, N. M. H. et al. *Globalizing regional development: a global production networks perspective*. Transactions of the Institute of British Geographers, 2004. p. 468-484. V. 29.

COFFEY, W.; POLÈSE, M. The concept of local development: a stages model of endogenous regional growth. *Papers in Regional Science*, v. 55, n. 1, p. 1-12, 2005.

COMISSÃO mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento (WCED). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

COSENTINO, F. The need for a new regulatory and institutional order. In: COSSENTINO, F.; PYKE, F.; SENGENDERGER, W. *Local and regional response to global pressure: the case of Italy and its industrial districts*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1996. 110 p. (Research Series, 103).

COSENTINO, F.; PYKE, F.; SENGENDERGER, W. *Local and regional response to global pressure: the case of Italy and its industrial districts*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1996. 110 p. (Research Series, 103). (Research Series, 103). DALY, H. E. (Ed.). *Economics, ecology, ethics: Essays toward a steady-state economy*. San Francisco: WH Freeman, 1980.

ESCOSURA, L. P. Gerschenkron Revisited. European Patterns of Development in Historical Perspective? *Economic History and Institutions Series Working Paper*, Universidad Carlos III de Madrid, 2005. p. 5-79.

DESAI, N. Johannesburg and beyond making sustainable development a global reality. In: UNITED NATIONS. *Global challenge global opportunity: trends in sustainable development*. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for corporate sustainability. *Business Strategy and the Environment*, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.

ELI DA VEIGA, J. *Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ELKINGTON, J. *A teoria dos três pilares*. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELLIOTT, S. R. Sustainability: an economic perspective. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 44, n. 3, 2005.

EROL, I. et al. Sustainability in the Turkish retailing industry. *Sustainable Development*, v. 17, n. 1, p. 49-67, 2009.

ETZION, D. Research on organizations and the natural environment, 1992-present: a review. *Journal of Management*, v. 33, n. 4, p. 637-664, 2007.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. *Lua Nova: revista de cultura e política*, v. 29, n. 28, p. 107-157, 1993.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. Burocracia como organização, poder e controle. *RAE*, v. 51, n. 5, 2011.

FIDELMAN, P. et al. Governing large-scale marine commons: Contextual challenges in the Coral Triangle. *Marine Policy*, v. 36, n. 1, p. 42-53, 2012.

FIGGE, F.; HAHN, T. The cost of sustainability capital and the creation of sustainable value by companies. *Journal of Industrial Ecology*, v. 9, n. 4, p. 47-58, 2005.

FOLKE, C. et al. Adaptive governance of social-ecological systems. *Review Environment Research*, v. 30, n. 3, p. 441-473, 2005.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da nova geração. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 51, 2005.

GOODALL, A. H. Why have the leading journals in management (and other social sciences) failed to respond to climate change? *Journal of Management Inquiry*, v. 17, n. 4, p. 408-420, 2008.

GOVERNA, F.; SALONE C. Italy and European spatial policies: Polycentrism, urban networks and local innovation practices. *European Planning Studies*, v. 1, n. 2, p. 265-283, 2005.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. *American journal of sociology*, v. 78, n. 6, p. 1.360-1.380, 1973.

HAHN, T.; FIGGE, F. Beyond the bounded instrumentality in current corporate sustainability research: toward an inclusive notion of profitability. *Journal of Business Ethics*, v. 104, n. 3, p. 325-345, 2011.

HART, S. L. A natural-resource based view of the firm. *The Academy of Management Review*, v. 20, n. 4, p. 986-1.014, 1995.

HOFF, D. N. *A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica*. 2008. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2008.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 5. ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1987.

IACONO, A.; NAGANO, M. S. Uma análise e reflexão sobre os principais instrumentos para o desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos locais no Brasil. *Revista Gestão Industrial*, v. 3, n. 1, p. 37-41, 2007.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003.

JENSEN, M.; MECKLING, W. H. Theory of firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial in Economics*, v. 3, p. 305-360, 1976.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Revista Proposta*, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações na política econômica: o caso do Brasil. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

LÓPEZ, M. V.; GARCIA, A.; RODRIGUEZ, L. Sustainable development and corporate performance: a study based on the dow jones sustainability index. *Journal of Business Ethics*, v. 75, n. 3, p. 285-300, 2007.

MALTHUS, T. R. Princípios de economia política; ensaio sobre a população. In: MALTHUS, Ricardo. *Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILL, J. S. *On Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1975. p. 1-141.

MOLNAR, E.; MULVIHILL, P. R. Sustainability-focused organizational learning: recent experiences and new challenges. *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 46, n. 2, p. 167-176, 2003.

MORAES, J. L. A.; SCHNEIDER, S. Sistemas produtivos localizados (spl) como mecanismo de regulação e governação das dinâmicas socioeconômicas dos territórios. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 105-125, 2011.

NESS, B. et al. Categorising tools for sustainability assessment. *Ecological Economics*, v. 34, n. 2, 2007.

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J. American government expenditures: a historical perspective. *The American Economic Review*, v. 72, n. 2, p. 336-340, 1982.

OFFE, C. Algumas contradições do Estado social moderno. In.: *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, vol. 2., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. Vol. 2.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, G.; BATISTA, S. L.; DE EDMILSON, J. (Eds.). *O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Ecossistemas e o bem-estar humano: estrutura para uma avaliação*. Washington: World Resources Institute, 2003.

PAULISTA, G.; VARVAKIS G.; MONTIBELLER-FILHO, G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 1, 2008.

PEARCE, D. W. Sustainable Development. *Futures*, v. 20, n. 06, p. 598-605, 1988.

PEREIRA, L. C B. Ideologias econômicas e democracia no Brasil. *Estudos avançados*, v. 3, n. 6, p. 46-63, 1989.

PIFFER, M.; ALVES, L. R. Política deliberativa: um instrumento da democracia para o desenvolvimento regional. Dossiê: relações campo-cidade – Temas livres. *Temas e Matrizes*, n. 16, p. 141-154, 2009.

PIKE, A.; RODRÍGUEZ-POSE, A.; TOMANEY, J. What kind of local and regional development and for whom? *Regional Studies*, v. 41, n. 9, p. 1.253-1.269, 2007.

PRADO, E. F. S. A ortodoxia neoclássica. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, p. 9-20, 2001.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. In: *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

IDDER, D.; PAHL-WOSTL, C. Participatory integrated assessment in local level planning. *Regional Environmental Change*, v. 5, n. 4, p. 188-196, 2005.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade? *Texto para Discussão*, Campinas: IE/Unicamp, n. 102, p. 1-28, 2001.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHMIDHEINY, S. *Changing course: a global business perspective on development and the environment*. Cambridge: MIT Press, 1992. 400p.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

SEIFFERT, M. E. B. *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. São Paulo: Atlas, 2007.

SHARMA, S.; RUUD, A. On the path to sustainability: integrating social dimensions into the research and practice of environmental management. *Business Strategy and the Environment*, n. 12, p. 205-214, 2003.

SHRIVASTAVA, P. Ecocentric management for a risk society. *The Academy of Management*, v. 20, n. 1, p. 118-137, 1995.

SIMIONATTO, I. *Gramsci, sua teoria*. Influência no Brasil, incidência no Serviço Social. São Paulo; Florianópolis: Cortez; UFSC, 2004.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Londres: Methuen, 1976.

SOLOW, R. *Perspectives on Growth Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SPRINGETT, D. Business conceptions of sustainable development: a perspective from critical theory. *Business Strategy and the Environment*, v. 12, n. 2, p. 71-86, 2003.

STROH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1994. 276-292 p.

TEIXEIRA, E. B.; VITCEL, M. S.; BEBER, M. C. Cooperação estratégica, redes de cooperação e desenvolvimento regional: o caso Unijuí/Sedai. In: *Desenvolvimento em Questão*, v. 5, n. 10, p. 187-210, 2007.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, P. F. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Editora Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. 293-322 p.

WCED. World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WESTLEY, F.; VREDENBURG, H. Sustainability and the corporation: criteria for aligning economic practice with environmental protection. *Journal of Management Inquiry*, v. 5, n. 2, p. 104-119, 1996.

WHITE, G.; GRAY, J. (Ed.). *Developmental States in East Asia*. London: Macmillan, 1988., 29 p.

Recebido em: 29/8/2012

Aceito em: 16/9/2013